

## A importância das Diretrizes Curriculares Nacionais da educação infantil para o trabalho pedagógico

Lenise Maraschin Nunes<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-4961-9221>

Suzane da Rocha Vieira Gonçalves<sup>2</sup>

<http://orcid.org/0000-0002-3156-2693>

### Resumo

O presente artigo objetiva discutir a visão dos gestores das Instituições Públicas de Educação Infantil do município de Bagé/RS, acerca da importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para o trabalho pedagógico. Para isso, foram pesquisadas quinze escolas municipais através da participação de suas Equipes Gestoras. A pesquisa desenvolveu-se por meio da abordagem qualitativa e utilizou-se da análise documental e da aplicação de questionários para a produção dos dados. Os resultados obtidos demonstram que as DCNEIs fazem parte do conhecimento das equipes diretivas das escolas de Educação Infantil, e que, existe uma dicotomia no que se refere às respostas das pesquisadas e o conteúdo dos PPP.

**Palavras-chave:** Diretrizes Curriculares Nacionais. Educação Infantil. Trabalho Pedagógico.

### Abstract

The present article aims to discuss the vision of the managers of the Public Institutions of Early Childhood Education in the city of Bagé / RS, about the importance of the National Curricular Guidelines for pedagogical work. To this end, fifteen municipal schools were surveyed through the participation of their Management Teams. The research was developed through the qualitative approach and it was used the documentary analysis and the application of questionnaires for the production of the data. The results show that the DCNEIs are part of the knowledge of the directive teams of the nursery schools, and that there is a dichotomy regarding the respondents' responses and the content of the PPPs.

**Keywords:** National Curricular Guidelines. Early Childhood Education. Pedagogical Work.

---

<sup>1</sup> Pedagoga, especialista em Docência no Ensino Superior, Mestre em Educação, professora da rede municipal de ensino no Município de Bagé- RS. Formadora no programa PNAIC/UNIPAMPA/JAGUARÃO. Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Brasil. E-mail: ekauana16@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação Ambiental. Professora Adjunta do Instituto de Educação - IE da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Brasil. E-mail: suzanevieira@gmail.com

## 1 Introdução

O artigo ora apresentado traz parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado em educação e tem por objetivo discutir um dos eixos de análise que buscou identificar como as equipes gestoras das Escolas de Educação Infantil do município de Bagé/RS percebem a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil para o trabalho pedagógico. Com esse intuito, dezesseis escolas receberam o questionário, participaram do estudo quinze escolas de Educação Infantil do município de Bagé de um total de vinte e três escolas. As escolas participantes foram aquelas que estavam com o Projeto Político-Pedagógico aprovado pela Secretaria de Educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em 2009, desde então as escolas que atendem a primeira etapa da Educação Básica estão reorganizando seus projetos pedagógicos, a fim de adequá-los às proposições das novas DCNEI. Mesmo fazendo cerca de dez anos da aprovação das DCNEI ainda existem escolas que não possuem seu projeto político-pedagógico ancorado nas diretrizes.

Cabe ressaltar que as DCNEI de 2009, representam um grande avanço no debate sobre a oferta da Educação Infantil no Brasil; sua construção foi fruto de um amplo debate no campo educacional, do qual participaram pesquisadores renomados, professores universitários e da Educação Básica, assim como movimentos sociais e entidades relacionadas ao debate da Educação Infantil. O conteúdo das diretrizes apresenta significativas proposições para o trabalho pedagógico nessa etapa educacional, ao definir que a primeira etapa da Educação Básica não deve ser escolarizante, mas sim ter a criança como centro do planejamento, que o projeto político-pedagógico deve pautar-se em oportunizar diferentes experiências para as crianças e que essas precisam estar permeadas pelas linguagens.

Portanto, diante da importância das diretrizes para Educação Infantil e do reconhecimento da necessidade das escolas se apropriarem dela para desenvolverem sua prática educativa, é que realizamos o presente trabalho. Este está apoiado em uma abordagem de pesquisa qualitativa e desenvolveu-se por meio da análise documental e aplicação de questionários com questões abertas e fechadas. Para Maria Cecília de Souza Minayo (1996), a pesquisa qualitativa preocupa-se com a realidade que não pode ser quantificada, pois responde a fatores e questões muito particulares que objetivam trabalhar com um universo de significados, crenças, valores e atitudes, correspondentes a um espaço mais amplo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Foram distribuídos questionários para as equipes gestoras das quinze EMEI participantes do estudo, que nos levaram a um melhor entendimento de como ocorreu a implementação das DCNEI nas escolas de Educação Infantil no município de Bagé. De acordo com Eva Maria

Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2003), o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série de perguntas que deverão ser respondidas por escrito. Obtivemos o retorno de quinze questionários, portanto esse instrumento atingiu a maioria dos participantes.

De posse dos dados da pesquisa, elegemos três eixos de análise, o primeiro procurou verificar “Como as Propostas Pedagógicas das escolas de Educação Infantil do município de Bagé adequaram-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEI em seus PPP”. O segundo eixo visou compreender “Como as DCNEI estão presentes nos PPP das escolas”, e o terceiro tratou de discutir “De que forma ocorreu o processo de implementação das DCNEI nos PPP das Escolas de Educação Infantil do município de Bagé”. Neste texto, vamos abordar o segundo eixo da pesquisa. Assim, na próxima seção do texto vamos situar o leitor sobre parte da história da Educação Infantil no Brasil e a contextualização do local onde foi realizada a pesquisa. Na sequência abordaremos a importância das DCNEI na organização do trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças pequenas, por fim trataremos dos sujeitos da pesquisa e suas percepções sobre as DCNEI e apresentaremos as considerações finais.

## **2 Delineando a pesquisa e contextualizando o cenário educacional**

Muitas pessoas ainda se perguntam como é viver a infância na escola e qual o papel das Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI para as crianças. Isso ocorre porque o atendimento das crianças pequenas nem sempre foi reconhecido como sendo do campo educacional. Ou seja, as instituições que atendiam as crianças pequenas deixaram de ser concebidas como simplesmente um espaço de guarda das crianças e de cunho assistencial, para serem reconhecidas como instituições educativas, responsáveis pelo desenvolvimento integral da criança.

Podemos considerar que foi a partir da Constituição de 1988 que se reconheceu o acesso à educação em creches e pré-escolas como sendo um direito da criança pequena, sendo assim a lei coloca a criança no lugar de sujeito de direitos. E, em 1996, com a aprovação da Lei n. 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamentou os princípios constitucionais relativos à Educação e estabeleceu que a Educação Infantil se constitui na primeira etapa da Educação Básica, tornando-a parte integrante do sistema de ensino. Assim, a criança deverá receber atenção, sem distinção entre cuidado e educação, buscando sempre o desenvolvimento integral de cada uma (CRAIDY, 2001). Desde então, muitos debates têm sido travados reafirmando o cunho pedagógico das instituições que atendem as crianças pequenas e a importância do reconhecimento das especificidades dessas instituições no trabalho indissociável entre cuidado

e educação com a pequena infância.

Nesse sentido, Ana Beatriz Cerisara (1999) apresenta um questionamento que serve de base ainda nos dias de hoje como uma referência aos estudos e entendimento dessa etapa educacional que é fundamental no desenvolvimento pessoal e intelectual das crianças. Esse questionamento refere-se ao porquê de os educadores afirmarem que as instituições de Educação Infantil têm por finalidade educar e cuidar de forma indissociável e complementar as crianças pequenas?

Ao responder esse questionamento a autora diz que durante as últimas décadas, foi possível constatar duas formas de caracterização dos trabalhos realizados nas creches e pré-escolas, em que uma divisão definia esse trabalho em “assistencialista” e “educativo”. Nessa falsa divisão, ficava implícita a ideia de um trabalho não educativo baseado em práticas sociais de cunho familiar e/ou hospitalar, e outra ideia de trabalho baseado em uma perspectiva educativa, utilizando nas creches e pré-escolas um modelo de trabalho escolar advindo das escolas de Ensino Fundamental. Ainda de acordo com a autora, essas concepções permanecem presentes até os dias de hoje.

Kuhlmann Jr. (2011), em seus estudos empreendidos sobre a infância, nos diz que mesmo na época das Salas de Asilo, que posteriormente passaram a se chamar Escola Maternal, o papel dessas instituições não era apenas o de guarda da pequena infância. Era possível identificar uma polaridade entre assistência e educação. De acordo com o autor sempre existiu um pensamento direcionado à Educação dentro das instituições de assistência à criança pequena ou à infância desvalida e que são inúmeras as referências ao caráter educacional das creches e pré-escolas assistencialistas. Kuhlmann Jr. (2011), cita o exemplo das escolas Tricotar de Oberlin, criadas em 1769, na paróquia rural francesa de Ban-de-la-Roche, o programa para crianças pequenas previa que ali elas deveriam: perder maus hábitos, adquirir hábitos de obediência, sinceridade, bondade, ordem, etc.; conhecer as letras minúsculas; soletrar; aprender somente utilizar a língua francesa e adquirir as primeiras noções de moral e religião. Pode-se dizer que cuidado e educação caminham lado a lado desde muito cedo na história da educação da pequena infância.

Nesse sentido, Mota (2010) afirma que nos últimos séculos foram sendo criados espaços específicos para a educação da primeira infância. Inicialmente pensados e construídos para o atendimento de uma parcela específica da população infantil, ligados à assistência e à Filantropia. Mesmo que ao longo do tempo tenham aparecido com diferentes nomenclaturas e concepções diferenciadas, as instituições que realizavam o atendimento da pequena infância foram modificando-se e estruturando-se com materiais e uma organização de tempo e espaço que passaram a ser característicos desta etapa. A autora nos desafia a refletir, que hoje, ao entrarmos em uma creche, pré-escola ou escola, é possível percebermos além das estruturas arquitetônicas, aspectos que se estabeleceram como específicos da Educação Infantil ou Ensino Fundamental, que são as formas de pensar e fazer a educação das crianças pequenas que vão aos

poucos oportunizando a constituição desse sujeito criança enquanto aluno.

Ao perceber esses espaços como específicos pode-se afirmar que mesmo antes de estar definida em lei própria que a Educação Infantil faz parte da área da Educação e não mais da Assistência Social, o cuidado e a educação sempre estiveram juntos. Como assevera Cerisara (1999), as instituições de atendimento à pequena infância querendo ou não, aceitando ou não, sempre tiveram um caráter educativo. Em que as primeiras tinham uma proposta de educação assistencial, voltada para o atendimento das crianças pobres, com a importação de um modelo hospitalar/familiar e a outra com uma importação do modelo da escola de ensino fundamental, voltada para as crianças menos pobres. E, sendo assim,

Essa dicotomização entre as atividades com um perfil mais escolar e as atividades de cuidado, revelam que ainda não está clara uma concepção de criança como sujeito de direitos, que necessita ser cuidada e educada, uma vez que ela depende dos adultos para sobreviver e pelo fato de permanecer muitas vezes de 10 a 12 horas diárias na instituição de Educação Infantil (CERISARA, 1999, p.16-17).

Para a autora, conseguir concretizar essa concepção em práticas educativas ainda é o grande desafio para os educadores da área, pois este desafio está ligado às relações creche-famílias. Essas relações devem ser esclarecidas no que diz respeito ao papel que estas duas instituições devem ter no atual contexto histórico, em que tanto as professoras da Educação Infantil como as famílias devem assumir suas responsabilidades tendo mais clareza dos papéis que serão desempenhados por cada uma, resguardando as especificidades.

No município de Bagé, onde realizamos a investigação, as instituições que atendiam as crianças pequenas passaram a ser vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, somente a partir de 2001. Tal fato evidencia que ainda que a LDB tenha sido aprovada em 1996, apenas no ano de 2001, cinco anos após, é que o município reconheceu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, assim as Escolas de Educação Infantil foram estruturadas com referenciais pedagógicos orientados para o desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos.

Ao buscarmos informações acerca da oferta do atendimento das crianças pequenas em Bagé, antes de 2001, verificamos que não há registros na prefeitura e todas as informações que conseguimos coletar são provenientes de relatos orais e do testemunho de pessoas que, na época, trabalhavam nas creches, tendo em vista que não existem registros oficiais da história das creches no município de Bagé.

Desde sua aprovação, o Ministério da Educação já publicou uma série de documentos buscando orientar a oferta da primeira etapa da Educação Básica, dentre esses documentos citamos: Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (2006), Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2009), As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2009), entre outros.

Com a aprovação das novas DCNEI, os PPP das escolas de Educação Infantil precisam se adequar ao novo ordenamento legal, que tem o objetivo de rever as concepções de educação em espaços coletivos e o fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

### **3 As diretrizes curriculares para educação infantil e sua importância pedagógica**

A Resolução CNE/SEB N.5 de 17 de dezembro de 2009a, que fixa as diretrizes, estabelece no seu art.1º que as DCNEI devem ser observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil. É no art. 2º que as DCNEI se articulam com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

O Ministério da Educação – MEC que deve induzir os estados e municípios à implementação de políticas que concretizem o ordenamento legal vigente, o que foi possível somente no ano de 2008, por meio do programa currículo em movimento e a implementação do Projeto de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica e da Coordenação da Educação Infantil – SEB/COEDI, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo desse projeto foi produzir incentivo para a implementação de políticas públicas comprometidas com a qualidade e a expansão da Educação Infantil no Brasil, em que o cerne foi a elaboração de orientações curriculares para as práticas do dia a dia na Educação Infantil. (PROJETO MEC/SEB/UFRGS, 2008).

As DCNEI representam, a partir do ano de 2009, um marco na história da Educação Infantil brasileira, por terem sido construídas, conforme já mencionado, com a participação de pesquisadores, professores e de movimentos ligados à defesa da Educação Infantil, porque ao ouvirem diferentes sujeitos trouxeram a criança como centro do planejamento e o currículo pensado a partir de diferentes linguagens. Nesse sentido, as DCNEI, ao conceituar a criança a declara como

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentimentos sobre a natureza e sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009a).

Ao definir a educação da criança pequena as DCNEI afirmam como

Primeira Etapa da Educação Básica, oferecida em Creches e Pré-escola, as quais se caracterizam como Espaços Institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2009a).

Essa é uma das concepções que orientam as DCNEI, no que diz respeito às definições indispensáveis para Educação Infantil e que fortalecem o significado de ser criança na sociedade, na família, na escola, sendo percebida como cidadã de direitos a partir de seu nascimento.

Ao definir Currículo, as DCNEI utilizam como conceito,

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças como os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de zero a 5 anos de idade (BRASIL, 2009a).

De acordo com Maria Luiza Rodrigues Flores e Simone Santos de Albuquerque (2015), são essas concepções que fortalecem o significado de ser criança na sociedade, na família e na escola, sendo percebida como cidadão de direitos desde o seu nascimento. Sobre esses direitos,

As atuais DCNEI qualificam esse direito e o lugar em que ele se efetiva, definindo o espaço coletivo de educação para crianças pequenas como uma escola que legitima sua experiência de infância, a partir da efetivação de um currículo que valoriza as práticas sociais e culturais das crianças e suas comunidades, oferecendo oportunidades para a ampliação de conhecimentos em relação a si, aos outros e ao mundo (FLORES; ALBUQUERQUE, 2015, p. 19).

Ao objetivar a concretização dessas práticas diárias na Educação Infantil, as DCNEI foram desdobradas, apoiando-se em cinco princípios educativos que são: Diversidade e singularidade; Democracia, sustentabilidade e participação; Indissociabilidade entre educar e cuidar; Ludicidade e brincadeira; Estética como experiência individual e coletiva (BRASIL, 2009a, p. 56).

Flores e Albuquerque (2015), trazem à reflexão questionamentos de como esses princípios se efetivam nas práticas. Como as crianças vivenciam esses princípios na escola? Para responder a esses questionamentos, as autoras destacaram o documento apresentado pelo MEC, que trata das Práticas Cotidianas na Educação Infantil – Base para a Reflexão sobre as Orientações Curriculares (2009) em que

O pensamento pedagógico tem como objetivo de investigação dos sistemas de ação inerentes às situações educativas, ou seja, a materialização da experiência educativa. A pedagogia descreve, problematiza, questiona e complementa. Assim, onde estiver presente uma situação de produção de conhecimento, de saber, de aprendizagem, onde houver uma prática social de construção de conhecimentos, também estará presente uma pedagogia (BRASIL, 2009d, p. 42).

Por isso, entende-se que o grande desafio para os profissionais que atuam nessa etapa da Educação é essa ação pedagógica que se propõe com crianças pequenas em espaços coletivos. À medida que se reconhece a necessidade de construir um currículo que não seja focado em áreas do desenvolvimento, em áreas de conhecimento e objetivos predeterminados nacionalmente ou currículos estruturados a partir de sequências de atividades ou de festividades com base no calendário cultural brasileiro ou local, que não sejam currículos centrados em rotinas padronizadas, que objetivam muito mais o disciplinamento, desconsiderando o que as crianças já trazem como conhecimento e as necessidades de suas famílias.

Na perspectiva das novas DCNEI, o que se pretende é um currículo que estabeleça experiências e aprendizagens a partir das práticas sociais e linguagens, em íntima relação com a vida cotidiana. O trabalho de pesquisa realizado traz os resultados provenientes dessas concepções que se quer encontrar como embasamento das práticas pedagógicas das Escolas de Educação Infantil de Bagé.

#### **4 Os sujeitos da pesquisa e suas percepções sobre as DCNEIS [1]**

Com a intenção de compreender como as equipes gestoras das escolas percebem a importância das diretrizes e de que forma as DCNEI estão presentes nas escolas investigadas, foram distribuídos os questionários em dezesseis escolas, retornando 15, esses foram respondidos por 12 diretoras e 03 supervisoras.

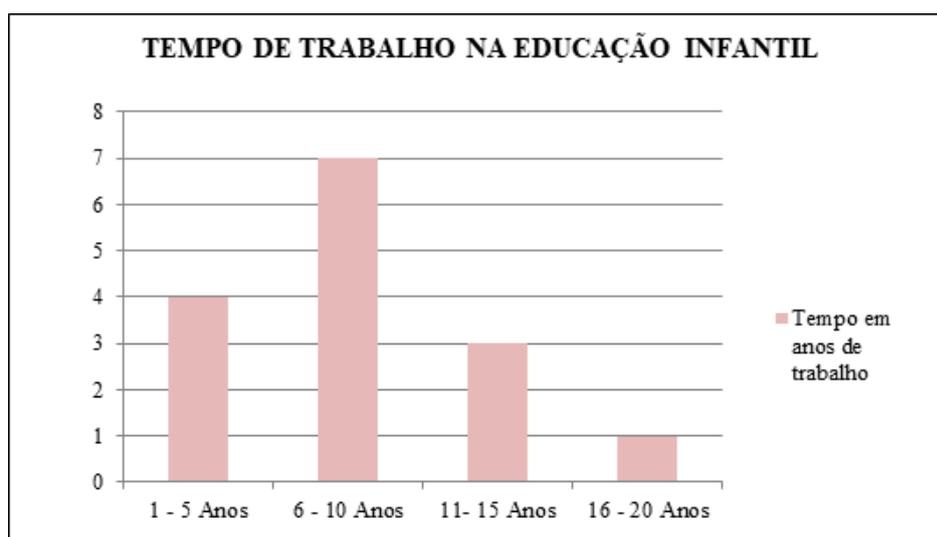
Todas as gestoras participantes do estudo são do sexo feminino, a maioria está na faixa etária entre 41 e 50 anos de idade, representando 33% das entrevistadas, porém temos gestoras bem jovens, entre 26 e 35 anos são 02 e entre 36 e 40 são 04. Já entre 56 e 60 apenas 01 das entrevistadas e neste caso aguardando a aposentadoria. Esses dados nos ajudam a identificar que a educação dos pequenos fica ainda a cargo das mulheres e que pode ser percebido ao longo da história da educação nesses níveis de ensino. Dado esse percebido na tese de Vieira (2012), no trecho descrito abaixo,

[...] discussões que envolvem a formação de professores e o trabalho docente na Educação Infantil e no antigo ensino primário, hoje anos iniciais do Ensino

Fundamental, apresentam indícios que evidenciam o quanto a docência nesses níveis de ensino foi, historicamente, constituindo-se como uma profissão feminina e o quanto as características socialmente atribuídas à feminilidade caracterizaram as profissionais que atuam como professoras da infância (VIEIRA, 2012, p. 84).

Ainda, segundo a mesma autora, a feminização do magistério tem ligação direta com as diversas mudanças ocorridas ao longo dos anos que estão relacionadas a mudanças políticas, sociais e econômicas advindas do capitalismo e da nova formatação de sociedade que colocou as mulheres no mercado de trabalho. Diante do que foi exposto até aqui, buscamos organizar e sintetizar os materiais empíricos com o intuito de visualizar os dados quantitativos de forma gráfica. Nesse sentido, o intuito é de facilitar a compreensão do leitor no que tange aos dados numéricos. Para tanto, o gráfico abaixo demonstra o período em que as professoras pesquisadas exercem o magistério na Educação Infantil, no município de Bagé/RS.

Gráfico 1 - Tempo de Trabalho na Educação Infantil



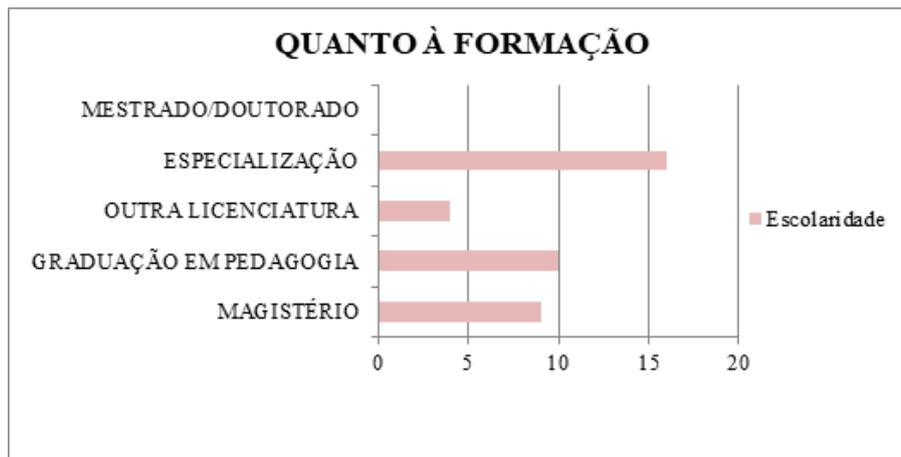
Fonte: Organizado pela pesquisadora (2017).

Ao analisar o gráfico acima, pudemos constatar que o mesmo demonstra que as professoras pesquisadas possuem certo tempo de atuação na carreira docente. Sendo que apenas uma professora pesquisada possui entre dezesseis e vinte anos de carreira docente, apenas na Educação Infantil. Enquanto quase a metade das pesquisadas – sete para ser mais exata – possui de seis a dez anos de profissão.

Outro ponto que destaco é a questão da formação das pesquisadas, evidenciamos por meio do gráfico abaixo que as professoras possuem um aprimoramento de suas formações acadêmicas. Isso é, essas profissionais da Educação Infantil não ficaram apenas com o magistério, mas realizaram uma complementação de estudos. Cabe mencionar que, dependendo do Estado

da Federação Brasileira, a formação mínima exigida para atuar na Educação Infantil é apenas o magistério. Entendo que são, muitas vezes, os incentivos salariais que podem contribuir para a procura pelo aprimoramento profissional, realizando graduação, especialização, mestrado e até mesmo doutorado, como podemos visualizar no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Formação Acadêmica das Professoras pesquisadas



Fonte: Organizado pela pesquisadora (2017).

Ao analisarmos o gráfico acima, identificamos que um dos dados que saltam aos olhos refere-se ao número de nove das professoras pesquisadas possuírem em sua formação inicial o magistério. Outro dado interessante que merece destaque é que dez professoras realizaram a graduação em Pedagogia e apenas quatro em outras licenciaturas, sendo três professoras graduadas em letras/espanhol e uma em matemática. Dentre as quinze professoras participantes da pesquisa que estavam atuando em cargo de gestão, apenas uma não possuía graduação em nenhuma área.

A busca por uma melhor qualificação e melhoria salarial pode ser percebida tendo em vista que as professoras pesquisadas possuem especialização na área da Educação. Em alguns casos, mais de uma especialização. Das quinze professoras pesquisadas, três possuem especialização em Gestão e Organização Escolar, cinco em Psicopedagogia, uma em Psicopedagogia e Supervisão Escolar, uma em Supervisão Escolar, uma em Educação Especial, uma em Educação e Aspectos Legais e Metodológicos, uma em Pedagogia Terapêutica, uma em Neuropsicopedagogia e por último, uma em Alfabetização. Sobre a qualificação profissional, Francisco Imbernóm (2009), nos diz que existem obstáculos para a formação docente que é preciso transpô-los. Um desses obstáculos refere-se ao fato da formação vista apenas como incentivo de melhoria salarial ou de promoção, deixando de lado as questões de melhoria da profissão que pode provocar uma burocratização mercantilista da formação.

Nesses dados que foram demonstrados por meio do gráfico anterior, identificamos que

as exigências mínimas para os cargos ocupados por essas professoras estão contempladas. No município de Bagé existe a exigência, para ocupação de cargo de supervisora, de graduação em Pedagogia ou uma especialização que pode ser em Supervisão Escolar ou Psicopedagogia, esse dado que cito agora por último, não consta nos questionários, mas foi um dado complementar informado pelo setor de Gestão da SMED, no ano em que os documentos para pesquisa foram coletados. Ter graduação em Pedagogia implica e muito no fazer pedagógico das escolas de EI, pois essa é uma graduação que habilita o professor para essa etapa da Educação. O ideal seria que todos os professores de EI fossem formados em Pedagogia com habilitação para EI, pois seriam profissionais com formação específica nessa área do conhecimento.

Na sequência, um dos questionamentos que estava presente no instrumento de coleta dos dados se referia exatamente à questão da elaboração do Projeto Político-Pedagógico - PPP e às orientações e pressupostos teóricos das DCNEI. A questão era seguinte: “A elaboração do PPP da sua escola foi orientada pelo documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil? ( )sim ( )não . Caso negativo explique por que não. Abaixo podemos identificar, por meio dos dados obtidos pelos questionários, quais as escolas elaboraram seus PPP orientando-se pelo documento das DCNEI.

Quadro 1 - Quadro de escolas que seguiram os pressupostos das DCNEI para compor os PPP

ESCOLAS
Escola Municipal de Educação Infantil nº 01
Escola Municipal de Educação Infantil nº 02
Escola Municipal de Educação Infantil nº 03
Escola Municipal de Educação Infantil nº 05
Escola Municipal de Educação Infantil nº 06
Escola Municipal de Educação Infantil nº 07
Escola Municipal de Educação Infantil nº 08
Escola Municipal de Educação Infantil nº 09
Escola Municipal de Educação Infantil nº 10
Escola Municipal de Educação Infantil nº 12
Escola Municipal de Educação Infantil nº 13
Escola Municipal de Educação Infantil nº 14
Escola Municipal de Educação Infantil nº 15

Fonte: Organizado pelas pesquisadoras

Todas as escolas descritas no quadro acima responderam que sim, que a elaboração do PPP foi orientada pelo documento das DCNEI. Apenas duas das quinze pesquisadas relataram que não e justificaram dizendo que quando o PPP da escola foi construído e aprovado, ainda não existia as novas DCNEI e por isso utilizaram o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e a LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Declaração de Salamanca. O que denota uma contradição entre o que é dito e o que consta nos documentos, tendo em vista que o ano de inauguração de uma das 2 escolas foi 2012 e a aprovação do PPP foi em 2014. E a

outra escola inaugurada em 2007 teve seu PPP aprovado em 2014. Considerando essas datas, podemos identificar que as DCNEI já existiam e o primeiro PPP da escola inaugurada em 2012 deveria ter sido elaborado a partir das novas DCNEI. Já a segunda escola inaugurada em 2007, que teve seu PPP aprovado em 2014, também não justifica não ter utilizado as DCNEI tendo em vista o ano de sua aprovação: quatro anos após a divulgação das novas diretrizes nas escolas de todo País. Em relação aos documentos que foram utilizados pelas escolas para fundamentar a escrita dos PPP, podemos perceber conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 2 - Documentos utilizados para fundamentar os Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Municipais de Bagé/RS

ESCOLAS	DOCUMENTOS BASE UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DOS PPPs				
	DCNEIS	DECLARAÇÃO DE SALAMANCA	LDB	PCN	RCNEI
EMEI 01	X		X		
EMEI 02	X		X		
EMEI 03	X		X		
EMEI 04		X	X	X	
EMEI 05	X		X		X
EMEI 06	X		X		
EMEI 07	X		X	X	
EMEI 08	X		X		
EMEI 09	X		X		
EMEI 10	X		X		
EMEI 11			X		X
EMEI12	X		X		
EMEI 13	X		X		
EMEI 14	X		X		
EMEI 15	X		X		

Fonte: Organizado pelas pesquisadoras (2017).

A aprovação desses documentos foi realizada pelo setor de Gestão da SMED. Esse setor na época das aprovações estava composto por quatro pedagogas que realizavam a análise e avaliação dos regimentos e dos PPP de todas as escolas pertencentes ao município, realizavam o atendimento das equipes diretivas para resolução de problemas ou encaminhamento aos setores responsáveis. É importante destacar que os responsáveis pelo setor de Educação Infantil, nessa época, não participaram da avaliação e aprovação dos documentos - PPP, embora tenham trabalhado nas formações com as equipes diretivas sobre as novas DCNEI. Aqui, cabe ressaltar que as concepções que estão presentes nas DCNEI estão em sua maioria em algum momento citadas nos PPP, mas sem qualquer referência às diretrizes ou aos pareceres que as sustentam.

Quadro 5 - Pressupostos teórico-metodológicos que serviram de base para a construção do PPP das escolas do município de BAGÉ/RS

ESCOLAS	PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL					
	INTERAÇÃO	PEDAGOGIA DE PROJETOS	DE	PEDAGOGIA DO AFETO	CONCEPÇÃO DE CRIANÇA	PSICOLOGIA FUNCIONAL
EMEI 01	X	X			X	
EMEI 06					X	
EMEI 07		X		X		X

Fonte: Organizado pelas pesquisadoras (2017)

As escolas acima citadas foram, dentre as pesquisadas, as que responderam nos questionários quais pressupostos utilizaram na elaboração dos PPP, as demais escolas, apenas citam os autores que foram utilizados para fundamentar as ideias e concepções que são expressas nos documentos oficiais das instituições, inclusive leis e diretrizes. Isso não significa que os pressupostos não estejam presentes nos PPP e sim que as pesquisadas apenas citaram autores que discutem a Educação Infantil em diferentes perspectivas. Ao buscar nas referências dos PPP das escolas, podem ser encontrados vários autores iguais presentes em vários PPP, como, por exemplo, Maria Carmen Barbosa.

Todos os participantes afirmaram conhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Segundo os dados dos questionários, esse conhecimento se deu de diferentes formas, dentre elas a mais citada pelas pesquisadas, ou seja, treze delas tiveram conhecimento das DCNEI a partir de formações e reuniões oferecidas pela SMED e consultas na internet. Já, as outras duas entrevistadas informaram terem tido conhecimento das DCNEI por intermédio da publicação enviada pelo MEC para a escola. Sabemos que muitas vezes os documentos oficiais são lançados e publicados pelo Ministério da Educação, mas esses não chegam no chão da escola. Isso é um problema, pois eles são elaborados e pensados para que possam orientar o trabalho pedagógico e quando os professores e gestores não conseguem conhecer tais propostas não têm como essas serem implementadas nas redes de ensino. Nesse caso, percebemos que a Secretaria de Educação teve um importante papel em divulgar o documento e promover, inclusive, formações sobre as DCNEI, como outra questão evidencia do questionário apresentado abaixo.

Quando questionadas sobre a participação em alguma atividade formativa a respeito das atuais DCNEI, treze delas, ou seja 87% responderam que participaram de formações oferecidas pelo município de Bagé. Nesse sentido, é possível identificar que houve uma preocupação da SMED em garantir ações de formação continuada para as equipes gestoras, tratando da legislação vigente, a fim de garantir o seu conhecimento e futura implementação nas escolas.

Ao questionar as equipes gestoras sobre a importância das DCNEI para o trabalho pedagógico nas Escolas de Educação Infantil foi possível percebermos que elas são

compreendidas como norteadoras da proposta pedagógica, conforme expressam as respostas abaixo:

As diretrizes norteiam as práticas na Educação Infantil, organizando o currículo e trazendo as brincadeiras e interações como centro do planejamento. Acredito que tal documento dá, à Educação Infantil, novo significado, buscando constituí-la em suas especificidades, características e metas do trabalho com a primeira infância (Gestora da Escola nº. 1.)

É muito importante como um norte a ser seguido pelas escolas, como lei específica que se fazia necessária para uma parte importante da educação. Especifica o que é e como deve ser trabalhada a educação na primeira infância, orienta os profissionais de educação sobre a melhor maneira de se trabalhar com as crianças (Gestora da Escola nº. 2).

As DCNEI servem para orientar o trabalho pedagógico. Sua elaboração foi feita numa linguagem clara e acessível, facilitando o desenvolvimento do trabalho e valorizando a aprendizagem infantil (Gestora da Escola nº. 10).

A escrita das gestoras demonstra o reconhecimento da importância que as DCNEI têm para com o trabalho pedagógico que deve ser realizado nas escolas de Educação Infantil, pois as DCNEI reúnem princípios, fundamentos e procedimentos para orientar a elaboração de planejamentos, execução e avaliação dos PPP na Educação Infantil. Nesse sentido,

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades (BRASIL, 2009a, p. 1).

Essas relações sociais que se percebem tão presentes nas DCNEI são norteadoras das diferentes práticas no processo de ensino/aprendizagem dentro dos estabelecimentos de Educação Infantil que visam uma Educação de mais qualidade, pensada e organizada de maneira a atender todas as necessidades e especificidades dessa etapa educacional.

Durante o processo de análise desses questionários, apenas uma resposta foi negativa, em que a resposta do questionário EMEI 7 diz “acredito que oferece muito pouco em relação à Educação Infantil, principalmente aos níveis de Berçário, maternal I e II”. Diante disso, é importante destacar que a entrevistada que relatou a opinião acima, possui vivências empíricas em um contexto educacional direcionado ao Ensino Fundamental, pois suas experiências profissionais sempre foram com crianças a partir dos 6 anos, deixando a Educação Infantil segregada dessa concepção. Nesse sentido, trago um dado do parecer 20/2009b, em que a especificidade dos bebês e crianças pequenas deve ser considerada durante o processo de

organização do currículo. Os procedimentos que não valorizam e não reconhecem a atividade e o protagonismo da criança pequena, ou seja, atividades mecânicas, de treinamento e sem significado para os pequenos, não devem ser adotados para a organização pedagógica. Portanto, é perceptível o não conhecimento das DCNEI pela entrevistada acima citada.

No parecer técnico do CNE/SEB – N°. 20/2009a, busquei as contribuições de Maria Carmen Barbosa e Paulo Sérgio Fochi (2015) quando nos diz que,

Ao acolher as crianças bem pequenas em um espaço de vida coletiva, deve-se pensar em uma pedagogia que garanta que suas aventuras e desventuras pela vida possam ser estruturadas a partir de um todo interdependente, em que aspectos emocionais, cognitivos, imaginativos, motores, sociais e culturais sejam considerados de maneira interligada e global na formação humana. (BARBOSA; FOCHI, 2015, p. 60).

Ainda sobre o trabalho com os bebês, os autores acima citados destacam que, para as crianças, as implicações de suas vivências na creche são profundas, decorrendo daí aprendizagens intensas e que não existem atividades realizadas em um berçário que não possam ser consideradas pedagógicas. A partir desse excerto, que trata do trabalho com os bebês, evidencia-se que a entrevistada não tem conhecimento acerca do modo como as DCNEI abordam e orientam o trabalho com bebês e crianças bem pequenas.

É possível perceber com os subsídios referentes às respostas dos questionários, em que, a maioria dos participantes afirmou que as Diretrizes oferecem uma direção, ou seja, uma orientação, um caminho e não algo pronto, estabelecido ou intacto. A teoria e a prática parecem estar amarradas, demonstrando a concepção da Educação Infantil voltada para o lúdico, para o brincar.

Ainda que a maioria das entrevistadas tenha o conhecimento e fale da importância que as DCNEI têm para a organização do trabalho pedagógico a ser realizado, apenas 4 possuem as diretrizes citadas nos PPP e que estão presentes nas referências utilizadas pelas mesmas. Nesse sentido, o fato da presença das DCNEI ainda ser bastante discreta, como pudemos perceber nos PPP da EMEI pesquisadas, pode-se evidenciar o quanto tal documento não é visto como uma lei, como uma diretriz que é obrigatória para a Educação Infantil, como um processo norteador para a Escola.

É importante ressaltar que é do conhecimento de todo gestor que a cada três anos os PPP das escolas devem passar por adequações e revisões, o que nesse caso seria uma dicotomia dizer que não existiu tempo hábil de conciliar as DCNEI com as revisões ou até mesmo a construção de novos Projetos Político-Pedagógicos. As DCNEI foram aprovadas e homologadas em dezembro de 2009, a pesquisa começou a ser realizada em 2015, o que significa 6 anos após a aprovação e tendo em vista que a Secretaria Municipal de Educação oportunizou os estudos e debates sobre o novo ordenamento, chega-se à conclusão que os documentos são realmente

engavetados em alguns casos. O que nos causa certo desconforto quando falamos em uma educação de qualidade, voltada para todos, sem discriminações.

## 5 Considerações Finais

A infância ao longo dos séculos conquistou um olhar sensível às suas necessidades e peculiaridades, sendo estimulada pelas Escolas de Educação Infantil a preocupação com o tempo de cada criança, bem como seus conhecimentos prévios e sua instituição familiar, constituindo assim componentes capazes de construir um sujeito integrante da sociedade que requer cuidados e uma percepção atenta com relação a seus estágios de desenvolvimento.

Diretamente relacionada à concepção de criança estão as transformações ocorridas na área da Educação Infantil, pois não seria possível perceber a criança de uma maneira mais completa e peculiar, sem analisar os processos nos quais ela passa com relação à escolarização, ou seja, à Educação Infantil se transformou porque a visão da criança foi ampliada e analisada por minúcias.

Sabendo-se que a Educação Infantil faz parte de um momento importantíssimo na vida dos pequenos, pairam as preocupações que essa seja bem organizada de modo a atender a demanda, garantindo não só o acesso às EMEI, mas a permanência de sucesso. É isso que sempre move os pesquisadores a investigar as leis e decretos, amarrando seu conteúdo à prática. Foi então, por meio da pesquisa, que foi possível destacar que as DCNEI são utilizadas. De acordo com o relato das entrevistas via questionários, a equipe gestora possui conhecimento e possibilidades garantidas a partir das formações recebidas pela SMED de proporcionar reflexões pedagógicas condizentes com as orientações das novas DCNEI.

Nenhuma prática deve ser realizada sem um conhecimento teórico, baseada apenas no senso comum, como muito foi visto nessa etapa da educação, por ter sido ao longo de séculos, vinculadas apenas à assistência e ao cuidado. Uma Educação Infantil de qualidade, pensada e construída para o desenvolvimento da criança como um todo, que objetiva garantir aprendizagens significativas, as quais serão fundamentais no processo de construção de novos saberes.

Nesse sentido, as DCNEI têm um papel fundamental ao trazer orientações claras sobre o trabalho a ser realizado com essa etapa da Educação que é fundamental no processo de construção de conhecimentos, de desenvolvimento da criança como um todo. Durante todo o processo de análise foi possível perceber a amplitude das diretrizes, o quanto esse novo ordenamento legal busca garantir uma Educação Infantil de qualidade, não excludente, voltada para a redução de desigualdades sociais e regionais e à promoção do bem de todos. As diretrizes buscam articular,

a todo o momento, as relações sociais que se estabelecem entre as crianças, o meio em que estão inseridas e os profissionais que as acompanham.

A partir das inúmeras transformações que a Educação Infantil vem sofrendo ao longo dos anos, passando por processos de revisão das concepções sobre as crianças e seu desenvolvimento, a presença das diretrizes na elaboração e/ou readequação dos projetos pedagógicos das escolas de Educação Infantil é a garantia de que novas concepções para essa etapa da educação estão sendo utilizadas, assegurando em sua integralidade o cuidar como algo indissociável do processo educativo e assim garantindo os direitos expressos tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Constituição Federal, no Plano Nacional de Educação. Pode-se então perceber que oportunizar discussões acerca de como orientar o trabalho junto às crianças e garantir práticas que se articulem, sem antecipar o processo relativo ao ensino fundamental são ações previstas e sugeridas nas diretrizes que tem o objetivo de garantir uma Educação Infantil de qualidade.

Nesse sentido, o Município de Bagé está buscando se adequar às diretrizes, ao organizar e readequar os projetos políticos-pedagógicos das escolas de Educação Infantil, articulando o que já existe com o novo ordenamento legal que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil trazem. Ao revisar concepções e propor novas formas de pensar as práticas do dia a dia com as crianças desde muito cedo, garantir desenvolvimento integral, interação, construção de saberes, ligados às diferentes experiências vividas pelas crianças, garantindo a autonomia de cada uma.

Ainda que as concepções que orientam a implementação das DCNEI sejam percebidas no corpus dos documentos oficiais e também na fala das pesquisadas, percebe-se uma fragilidade na utilização dessas concepções à medida que existe uma falta de aprimoramento no uso do referencial teórico adequado e referências claras para a implementação das Diretrizes. Foi possível identificar que as DCNEI estão presentes na maioria dos PPP, como relatam as pesquisadas, o que não foi possível identificar é de que maneira essas concepções presentes das Diretrizes para Educação Infantil estão contempladas nesses documentos, sem sequer terem sido citadas as diretrizes, ou os pareceres que as orientam e muito menos aparecem nas referências. Podemos deduzir que foram utilizadas as concepções apenas a partir das formações recebidas pela SMED.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 5/2009 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 20/2009, de 11 de novembro de 2009**. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para

Educação Infantil, Raimundo Moacir Mendes Feitosa. Brasília, 2009b.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de diretrizes e bases - LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira, FOCHI, Paulo Sérgio. Os Bebês no berçário: ideias-chave. In. FLORES, Maria Luiza Rodrigues. ALBUQUERQUE, Simone Santos de.(org.) **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas**. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

CERISARA, Ana Beatriz. Educar e Cuidar: Por onde anda a Educação Infantil? **Revistas Perspectiva**. Florianópolis, v.17, n. Especial, p.11-21, jul./dez.1999.

CRAIDY, Carmem Maria. A Educação Infantil e as Novas Definições da Legislação. In.: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. Da Silva. (Orgs.). **Educação Infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

KUHLMANN JR; Moysés. **Infância e Educação Infantil uma abordagem histórica**. 6. edição, Porto Alegre, Ed. Mediação, 2011.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo-Rio de Janeiro, 1996.

MOTA, Maria Renata Alonso Mota. **As Crianças de seis anos no Ensino Fundamental de nove anos e o governo da Infância**. Tese de Doutorado UFRGS, 2010.

VIEIRA, Suzane da Rocha. **O Sentimento de Pertencimento na Formação do Pedagogo: O curso de Pedagogia da FURG no contexto das novas Diretrizes Curriculares**. Tese de Doutorado, Rio Grande, 2012.

**Data de Submissão: 27/08/2019**

**Data de Aceite: 25/11/2019**